

Acerto provisório é possível

Roberto Garcia

Correspondente

NOVA IORQUE — Percebendo que a negociação do reescalonamento plurianual da dívida levará muito tempo, o governo Sarney está considerando a possibilidade de pedir novo acordo provisório aos credores estrangeiros. Embora nem o montante a ser solicitado aos bancos nem o prazo a ser abrangido tenham sido decididos, fonte familiarizada com as deliberações disse que deveriam ser suficientes para “nos manter flutuando até meados deste ano”.

A busca de nova solução temporária não parece ter conseguido unanimidade no governo. Membros importantes da equipe econômica consideram que todos os esforços deveriam ser concentrados na obtenção de acordo a longo prazo, capaz de garantir o mínimo de previsibilidade para uma economia cercada de incertezas.

Outros, contudo, acham que o governo está diante de um problema real, que deve ser resolvido de forma prática. “Os banqueiros querem receber os juros que estão vencendo em 1988. Podemos pagá-los mas, se fizermos isso, queimaremos reservas penosamente acumuladas durante a moratória”, diz um dos defensores da idéia. Para ele, o acordo provisório a atenderia interesses dos credores e do governo, dando mais prazo para as negociações sobre a solução a longo prazo.

Os funcionários que se opõem a novo empréstimo provisório argumentam que “em vez de jogar nos detalhes precisamos lutar pelo fundamental”. Com isso, querem dizer que, ao procurar mais alguns meses de refinanciamento parcial da dívida, o Brasil estaria resolvendo o problema dos bancos, interessados em manter aparência de normalidade em seus livros contábeis. “O problema é que isso permite aos credores controlar com rédeas curtas a política econômica do país”, afirma um deles.

Tendo em vista que os bancos acabaram de refinanciar US\$ 3 bilhões de juros não-pagos durante a moratória, o governo considera que eles precisariam de estímulo especial para entrar em novo pacote a curto prazo. Um desses incentivos seria a participação de vários governos industrializados num empréstimo provisório. No início da crise da dívida, tanto o governo americano quanto o Banco de Com-

pensações Internacionais fizeram empréstimos desse tipo ao Brasil. Com esse dinheiro, o país pagava juros aos bancos até que outras fontes, como o Fundo Monetário Internacional, comessem a desembolsar créditos a mais longo prazo.

Neste ano o esquema poderia se repetir, tendo em vista a intenção anunciada pelo governo de recorrer a um acordo também com o FMI. Até agora a equipe de técnicos do Fundo não foi convidada para a abertura das negociações, porque ainda há resistências de natureza política a serem vencidas. Além disso, o governo pretende adotar medidas de austeridade interna e diminuir o déficit antes de começar a discutir com o Fundo Monetário.

Para evitar que o Fundo Monetário imponha um programa econômico ao Brasil, o governo pretende adotar antes as medidas de austeridade que possam ser aprovadas pelos técnicos da instituição. Tendo em vista que o presidente Sarney não deseja aumentar impostos, o Ministério da Fazenda deseja adotar linha dura na liberação de verbas e subsídios governamentais nas próximas semanas.

Milliet otimista — O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, manifestou otimismo quanto às negociações, mas reconheceu que serão necessários vários meses para concluí-las com sucesso. Disse, que nos dois primeiros dias da atual fase, a exigência de pagamento de juros impediu grandes avanços, “mas ainda estamos no início das discussões”. Acrescentou que “o inconformismo dos bancos em ficar sem o pagamento de juros pode ser contornado de várias formas”.

Milliet também disse que as questões básicas, como o montante a ser emprestado pelos bancos, o prazo e as taxas de juros ficarão sujeitas a discussões constantes até o fechamento do pacote. “Seria imprudente considerar qualquer coisa acertada. Até o último momento tudo pode mudar.”

Hoje, Milliet poderá interromper as negociações em Nova Iorque a fim de passar algumas horas no Tesouro e no Banco Central americanos, buscando apoio para as reivindicações brasileiras. Entendimentos com autoridades americanas são considerados importantes para eliminar várias barreiras que impedem progresso nas discussões com os credores particulares. Além disso, a equipe de negociadores brasileiros terá encontros com diretores do Banco Mundial.